

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

### Texto CB1A1-I

1 Como em todas as tardes abafadas de Americana,  
no interior de São Paulo, o paranaense Adílson dos Anjos  
circula entre velhas placas de computador, discos rígidos  
4 quebrados, estabilizadores de energia enferrujados,  
monitores com tubos queimados e outras velharias do  
mundo da informática. Ao ar livre, as pilhas, que alcançam  
7 um metro de altura, refletem os raios de sol de forma  
difusa e provocam um incessante piscar de olhos. Por trás  
delas, um corredor estreito, formado por antigos  
10 decodificadores de televisão a cabo, se esconde sob uma  
poeira fina que sobe do chão.

Com uma chave de fenda na mão direita, Adílson  
13 mantém, de joelhos, uma linha de produção repetitiva.  
Desparafusa as partes mais volumosas de uma CPU  
carcomida, crava sua ferramenta em fendas  
16 predeterminadas e, com os dedos da outra mão, faz  
vergar parte do alumínio do aparelho. Com um  
solavanco, arranca do corpo da máquina uma chapa fina  
19 e esverdeada com a cabeça da moimela-mãe. Com zelo,  
deposita-a perto dos pés. O resto faz voar por cima de  
sua cabeça: com um ruído estridente, tudo se espanta  
22 metros atrás.

Há cerca de um ano, Adílson vive com os cerca de  
600 reais que ganha por mês coletando, separando e  
25 revendendo sobras de computadores, que recebem o nome  
de *e-lixo*. Todos os meses, ele transforma 20 toneladas de  
sucata eletrônica em quilos e quilos de alumínio, ferro,  
28 cobre, plástico e até mesmo ouro.

Não há dados no Brasil a respeito do número de  
pessoas que vivem do mercado de sucata eletrônica, nem  
31 do volume de dinheiro que ele movimenta. A falta de  
dados e a consequente ausência de projetos voltados para o  
bom aproveitamento dos detritos eletrônicos atestam que o  
34 *e-lixo* brasileiro ainda se move pela sombra.

Na Europa e nos Estados Unidos, estudos sobre  
o assunto atestam que o montante de lixo digital em  
circulação na Terra cresce 5% ao ano. A sucata  
37 eletrônica, sozinha, já abocanha uma fatia maior do que  
a das fraldas infantis no bolo de resíduos sólidos gerados  
40 pelo ser humano.

Cristina Tardáguila. *Ruínas eletrônicas*. Internet:  
<www.piaui.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do primeiro período do texto que Adílson dos Anjos habitualmente frequenta o depósito de sucata eletrônica descrito no texto.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** No primeiro período do texto, o emprego tanto da expressão “Como em todas as tardes abafadas de Americana” (l.1) quanto dos verbos no presente do indicativo mostra que Adílson dos Anjos frequenta o depósito de lixo eletrônico com assiduidade.
- 2 Depreende-se do trecho “Ao ar (...) de olhos” (l. 6 a 8) que os equipamentos eletrônicos depositados no local, ao

projetarem a luz solar em diversas direções, causam incômodo à visão de quem visita o local.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Infere-se da afirmação de que as pilhas (de sucata) “refletem os raios de sol de forma difusa e provocam um incessante piscar de olhos” (l. 7 e 8) que os equipamentos eletrônicos depositados no local projetam a luz solar em diversas direções, o que causa incômodo à visão de quem visita o local.

- 3 Infere-se do texto que, diferentemente das fraldas descartáveis, a sucata eletrônica é passível de reciclagem e, por isso, já ultrapassou aquelas em volume em circulação.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O texto informa tão somente que o ser humano, atualmente, descarta mais lixo eletrônico que fraldas infantis, de modo que aquele (eletrônico) corresponde a um volume maior do lixo (resíduos sólidos) produzido pelo ser humano.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens seguintes.

- 4 Sem prejuízo para os sentidos e para a correção gramatical do texto, a forma verbal “alcançam” (l.6) poderia ser substituída por **chegam** à.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Embora semanticamente a substituição pudesse ser adequada, como ela haveria erro no emprego do sinal indicativo de crase, já que seria incorreto o emprego de artigo definido feminino antes da expressão “um metro de altura” (l.7).
- 5 A supressão da vírgula empregada logo após o vocábulo “estreito” (l.9) alteraria os sentidos originais do texto, mas manteria sua correção gramatical.  
**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O trecho ficaria gramaticalmente incorreto com a supressão da vírgula presente após “estreito” (l.9), porque isso implicaria a interposição de uma vírgula (empregada após “cabo” (l.10)) entre sujeito e predicado.
- 6 O trecho “Desparafusa (...) sua cabeça” (l. 14 a 21) detalha a “linha de produção repetitiva” (l.13) mantida por Adílson no trabalho com o *e-lixo*.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A sequência de ações designadas pelas formas verbais “Desparafusa” (l.14), “crava” (l.15), “faz vergar” (l.16), “arranca” (l.17), “deposita” (l.19) e “faz voar” (l.20) é, precisamente, o detalhamento da “linha de produção” (l.13) mencionada.
- 7 Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto, o trecho “O resto faz voar por cima de sua cabeça” (l. 20 e 21) poderia ser reescrito da seguinte maneira: As outras partes arremessa por cima da própria cabeça.  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O sujeito da forma verbal “faz voar” (l.20) está oculto e refere-se a Adílson, o a gente que “faz voar” (l.20) o resto das partes da CPU que ele desmonta. O objeto dessa forma verbal é “O resto” (l.20), que apresenta o mesmo sentido de **As outras partes** no período. Do mesmo modo, **arremessar** é um sinônimo adequado para **fazer voar**. Ainda, na proposta de reescrita, foram mantidos o modo e o tempo verbais. Por fim, “sua cabeça” (l.20) e **própria cabeça** remetem igualmente à cabeça de Adílson. Logo, a proposta de reescrita apresentada no item mantém os sentidos originais do texto e a sua correção gramatical.
- 8 O elemento “que”, em “que recebem o nome de *e-lixo*” (l. 25 e 26), retoma o termo “sobras de computadores” (l.25).  
**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O pronome relativo “que” (l.24) retoma

a expressão “sobras de computadores” (ℓ.24), que aparece na oração imediatamente anterior. Esse recurso permite a interpretação de que as sobras de computadores são denominadas de *e-lixo*.

- 9 Infere-se do emprego do termo “consequente” (ℓ.32) que a existência de projetos de aproveitamento da sucata eletrônica no Brasil depende de informações quantitativas a respeito desse material.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O trecho “A falta de dados (...) pela sombra” (ℓ. 30 a 33) informa que a ausência de projetos de aproveitamento de *e-lixo* deve-se, precisamente, à ausência de informações a respeito da quantidade de pessoas e de dinheiro envolvidos nesse mercado. Portanto, o termo “consequente” (ℓ.31) introduz informação a respeito de uma implicação da falta de dados sobre o mercado do *e-lixo*. Por extensão de sentido, entende-se que a existência desses dados viabilizaria os projetos a que se refere o período.

## Texto CB1A1-II

- 1 Se aceitamos que, de segunda a sexta-feira, os dias são úteis, devemos necessariamente aceitar que sábado e domingo são dias inúteis. É inútil, portanto: ir ao cinema e  
4 ao teatro, fazer piquenique no parque com os filhos, almoçar com a família, tomar cerveja com os amigos, ler um livro, passar a madrugada acordado vendo séries.

- 7 De fato, todas as atividades supracitadas são inúteis se medidas pela régua da produtividade. Claro que se podem defender filmes, séries, peças e livros afirmando-se  
10 que o enriquecimento cultural faz de você um melhor profissional.

- Também é possível defender o piquenique com os  
13 filhos ou a cerveja com os amigos afirmando-se que pessoas que cultivam laços familiares e sociais são mais estáveis, seguras e resilientes no trabalho. Mas a lógica que  
16 avalia as experiências culturais e as relações afetivas por seus incrementos à carreira, que justifica a própria felicidade por sua contrapartida laboral, é a lógica dos que  
19 batizaram os “dias úteis”. Prefiro tentar encontrar o que há de útil no supostamente inútil a enxergar o que há de inútil no útil.

- 22 Embora o senhor ou a senhora certamente discordem, são absolutamente inúteis. Não se ofendam, eu também sou. Daqui a cinquenta, cem, mil, dez mil anos,  
25 ninguém vai se lembrar de nós. Talvez, inclusive, porque, daqui a cinquenta, cem, mil, dez mil anos, já não haja mais ninguém aqui para se lembrar de coisa alguma, pois a  
28 humanidade pode já ter se extinguido. A humanidade, aliás, também é inútil.

- Às vezes eu penso no cara que inventou o  
31 aramezinho de fechar pacote de pão. Imagino-o esbaforido pelos corredores de uma de suas fábricas, dizendo para a secretária ligar para a sua esposa e avisar que não volta  
34 para jantar, tem uma reunião crucial para seu império de aramezinho de fechar pão. Um gênio ele devia se achar. E  
37 cada um de nós tem seu aramezinho de fechar pão e se dedica de segunda a sexta a essa missão tão crucial e inútil para o futuro dos cosmos.

Antonio Prata. *O aramezinho de fechar pão*. Internet: <www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-II, julgue os próximos itens.

- 10 Ao afirmar que se não são úteis as atividades apresentadas no trecho “ir ao cinema (...) vendo séries” (ℓ. 3 a 6), o autor do texto sugere que elas não devem ser realizadas de segunda a sexta-feira.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Diante do fato de que as atividades mencionadas são tipicamente realizadas nos fins de semana, o autor conclui, ironicamente, que elas deveriam ser consideradas inúteis. Em nenhum trecho cabe a inferência de que o autor sugere que elas não devam ser realizadas durante os chamados dias úteis.

- 11 O texto apresenta o trecho “pessoas que cultivam laços familiares e sociais são mais estáveis, seguras e resilientes no trabalho” (ℓ. 14 e 15) como possível argumento para a defesa da utilidade do piquenique com os filhos e da cerveja com os amigos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O autor defende o piquenique com os filhos ou a cerveja com os amigos por meio do argumento de que pessoas que cultivam laços familiares e sociais são mais estáveis, seguras e resilientes no trabalho.

- 12 O autor afirma explicitamente no texto ser contrário à lógica segundo a qual experiências culturais e relações afetivas somente são úteis quando resultam em contrapartida laboral.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O autor se coloca em posição antagônica àqueles que defendem o valor das atividades de lazer por suas supostas vantagens e benefícios à vida profissional. O que ele defende é, justamente, a existência de valores diferentes em cada um desses aspectos da vida social. Isso está explícito na afirmação “Prefiro tentar encontrar o que há de útil no supostamente inútil a enxergar o que há de inútil no útil” (ℓ. 19 a 21), bem como na série de ideias desenvolvidas no terceiro parágrafo do texto.

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 13 O segmento “Se aceitamos que, de segunda a sexta-feira, os dias são úteis” (ℓ. 1 e 2) expressa uma hipótese real, ou seja, expressa um fato existente.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O período formado por um a condicional e uma principal denomina-se período hipotético. Há três tipos de hipótese, e entre as quais, a hipótese real, que ocorre quando a condição é um fato existente (caso do texto, já que, de fato, chamam-se úteis os dias de segunda a sexta-feira) e expresso com verbo no indicativo.

- 14 O nível de formalidade do texto seria alterado caso a expressão “faz de você” (ℓ.10) fosse substituída por **lhe tornam**, mas os sentidos originais e a correção gramatical do texto seriam mantidos.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Na acepção de ‘passar de um estado a outro’, que é o sentido expresso por “faz de você” (ℓ.10) no texto, **tornar** exigiria complemento direto (“o”), e não indireto (“lhe”): “a tinta tornou azul a água”; “o estudo tornou os meninos mais sábios”. Além disso, ocorreria um erro de concordância verbal com o emprego de **tornam**, já que o sujeito de “faz” (ℓ.10) é um termo singular (“o enriquecimento cultural” (ℓ.10)), sendo, portanto, imotivada a flexão verbal na proposta de reescrita.

- 15 O autor empregou a expressão “absolutamente inúteis” (ℓ.23) em referência ao conceito de dias úteis, visando criticá-lo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O autor qualifica “o senhor ou a senhora” (ℓ.22), referentes do sujeito oculto da oração principal do período (“[vocês] são absolutamente inúteis” (ℓ.23)). A ideia pode ser comprovada por meio da compreensão do período seguinte, em que o autor se iguala à condição do senhor e da senhora: “Não se ofendam, eu também sou [inútil]” (ℓ. 23 e 24).

- 16 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a expressão “cada um de nós” (ℓ.36) fosse substituída por **todos nós**.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Para que o período se mantivesse gramaticalmente correto, a substituição de “cada um de nós” (ℓ.36) por **todos nós** deveria ser acompanhada de alteração da forma

verbal “tem” (l.36), da forma pronominal “seu” (l.36) e da forma verbal “se dedica” (l. 36 e 37), que deveriam ser referentes à primeira pessoa do plural (**temos, nosso e nos dedicamos**, respectivamente).

- 17 Com a afirmação de que “cada um de nós tem seu aramezinho de fechar pão” (l.36), o texto sugere que tanto o autor quanto os leitores têm atividades profissionais que, quando avaliadas objetivamente e com cuidado, mostram-se totalmente desnecessárias ao mundo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O que o texto propõe é, precisamente, que as atividades humanas têm aspectos úteis e aspectos inúteis, e que é preciso observá-los com mais lucidez e leveza.

### Texto CB1A1-III

- 1 Não faz muito tempo, fui assistir à ópera **As Bodas de Fígaro**, de Mozart. Aproximando-se o final do espetáculo, o personagem mais importante, Fígaro, faz um comentário cruel a respeito das mulheres. Na montagem que vi, o diretor de cena teve a ideia de acender as luzes da plateia durante o canto de Fígaro, que saiu do palco e dirigiu-se aos homens presentes.

- Logo atrás de mim, uma senhora furiosa levantou-se. Fez o sinal de “não” nas fuças do pobre cantor e retirou-se protestando em voz alta. Pensei que ela poderia ter prestado mais atenção. O tema nuclear de **As Bodas de Fígaro** é atual: trata-se de desmascarar, denunciar e punir um poderoso aristocrata que é violento predador sexual.

- Aquela senhora furiosa revoltou-se antes do tempo e não viu a condenação do conde brutal. Tal suscetibilidade, decorrente da situação inferior em que, do modo mais injusto, as mulheres são mantidas em nossas sociedades, é compreensível. Mas indignou-se cedo demais.

- Indignação: eis o problema. Nunca tive simpatia por essa palavra. Pressupõe cólera e desprezo. Quando estamos sozinhos, a indignação nos embriaga como se fosse uma droga. Arrebata a alma, enfurece as vísceras, dilata os pulmões e nos faz acreditar na veemência do nosso ódio. Viramos heróis justiceiros diante de nós mesmos.

- A solidão indignada faz grandes discursos interiores contra aquilo que erigimos como inimigo. Serve para dar boa consciência. É um prazer solitário. Exaltados, arquitetamos vinganças e reparações. Depois, o balão murcha, sobrando apenas nossa miserável impotência.

- Ao se manifestar na presença de outra pessoa, ou de duas, ou em um pequeno grupo, a indignação leva ao descontrole. Nervosos, falamos alto e dizemos coisas que, na calma, jamais pronunciaríamos. Porque não somos mais nós que falamos, mas algo que está em nós e que ocupou nosso corpo esvaziado de qualquer poder reflexivo: a indignação.

Jorge Coli. A indignação enfurece as vísceras e nos embriaga como se fosse droga. Internet: <www.folha.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1-III, julgue os itens seguintes.

- 18 Na linha 16, o autor emprega o termo “suscetibilidade” para questionar a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres como motivo que justificasse a reação da senhora na ópera.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Ao contrário do que afirma o item, o autor reconhece que a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres impeliu a senhora a reagir daquela forma. Ele considera a reação precipitada não pelo motivo, mas pelo tempo: a senhora não esperou o fim da peça para compreender que se tratava exatamente de uma crítica ao machismo.

- 19 Ao propor, na linha 23, que a indignação “Arrebata a alma” e “enfurece as vísceras”, o autor do texto afirma que esse sentimento provoca as mesmas alterações fisiológicas que certas drogas.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. No trecho, o autor enumera os efeitos, sobretudo psíquicos, da indignação, que, metaforicamente, remetem aos efeitos da embriaguez pelo consumo de uma droga. O candidato deve perceber que a analogia proposta pelo autor do texto não diz respeito às propriedades das drogas ou da indignação em si próprias, mas sim aos efeitos sentidos psíquica e somaticamente por aqueles que as experimentam.

- 20 De acordo com o texto, quando estamos indignados e sozinhos, elaboramos mentalmente grandes argumentações contra aquilo que definimos como alvo da nossa revolta.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O item traduz de forma clara e objetiva o que está posto metaforicamente no trecho “Quando estamos sozinhos, a indignação nos embriaga como se fosse uma droga. (...) A solidão indignada faz grandes discursos interiores contra aquilo que erigimos como inimigo. Serve para dar boa consciência. É um prazer solitário. Exaltados, arquitetamos vinganças e reparações. Depois, o balão murcha, sobrando apenas nossa miserável impotência” (l. 21 a 30).

- 21 Infere-se do texto que a indignação manifestada solitariamente é menos nociva que a manifestada publicamente.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quanto à manifestação da indignação, solitária ou coletivamente, o autor não estabelece uma relação de comparação no que concerne aos malefícios de cada uma dessas formas. Portanto, a inferência de que uma forma de manifestação da indignação é mais nociva que a outra extrapola as ideias do texto.

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A1-III, julgue os itens subsecutivos.

- 22 Em “dirigiu-se” (l.7), a colocação do pronome “se” antes da forma verbal — **se dirigiu** — prejudicaria a correção gramatical do texto.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A próclise do pronome no referido contexto seria adequada, haja vista a presença da conjunção aditiva “e”, que constitui fator de atração de pronomes oblíquos átonos.

- 23 O deslocamento do termo “furiosa” (l.8) para imediatamente após a forma verbal “levantou-se” (l.9) manteria a coerência do texto.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Há ambiguidade no texto (a palavra “furiosa” pode ser classificada como predicativo ou adjunto adnominal) e o deslocamento manteria a coerência, uma vez que deixaria clara a interpretação como predicativo.

- 24 No período em que aparece, o termo “nuclear” (l.11) tem o mesmo sentido de **central**.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A palavra “nuclear” (l.11) assume, no período, o mesmo sentido de **central, fundamental, essencial**.

- 25 A oração “não viu a condenação do conde brutal” (l.15) exprime o motivo, a causa por que a senhora furiosa revoltou-se antes do tempo.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A oração em apreço exprime fato consecutivo ao fato de a senhora ter-se revoltado, por isso não há como atribuir a essa oração uma noção de causa/motivo.

Com relação a aspectos geográficos e políticos do Distrito Federal (DF), julgue os itens a seguir.

- 26 O DF é uma unidade federativa cuja organização territorial e política apresenta diferenças com relação às demais unidades federativas que compõem o território brasileiro: o DF não é município nem estado, mas é regido por lei orgânica, tal como os municípios brasileiros; a nível do DF, possui governador, mas não vereadores.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O DF é uma unidade incomum da Federação, porque, em vez de municípios, divide-se em regiões administrativas. O DF não é município nem estado. Como entidade



federativa única no país, é regido por lei orgânica, típica de municípios. Além disso, o DF tem apenas governador, e não vereadores.

- 27 As regiões administrativas, popularmente conhecidas como cidades satélites, possuem autonomia político-administrativa semelhante à dos municípios brasileiros.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. As RAs não têm autonomia político-administrativa: são comandadas por administradores submetidos ao GDF.

Brasília foi projetada para abrigar de 500 mil a 700 mil habitantes. Segundo o projeto, somente se esse limite fosse ultrapassado, seriam criadas cidades satélites. Mas a população prevista rapidamente foi ultrapassada, atingindo, em 2010 (último Censo do IBGE) 2.690.959 habitantes. Entretanto, as cidades satélites, previstas para de pois do adensamento, surgiram a inda na construção de Brasília, pois, desde o início, ocorreu um forte aumento de população, devido à busca de trabalho nas obras da construção e à permanência de operários que trabalhavam nas obras, que passaram a morar em assentamentos provisórios. Os assentamentos populacionais eram originados das cidades satélites, que, mais tarde, foram denominadas regiões administrativas (RAs).

- 28 Os administradores das regiões administrativas são indicados pelo governador do DF.

JUSTIFICATIVA - CERTO. As RAs integram o governo do DF, sendo seus representantes escolhidos pelo governador. Possuem estruturas funcionais próprias às suas atividades e competências, para que atendam à demanda dos seus habitantes. Das 31 regiões administrativas, apenas 19 RAs, criadas até 1994, estão com as poligonais demarcadas e aprovadas pela Câmara Legislativa do DF. Em comparação aos estados federativos, a autonomia das RAs é superior à dos bairros, mas é menor que a das cidades que orbitam a volta das capitais estaduais.

Com relação à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

- 29 A organização territorial tanto de Brasília quanto da RIDE-DF reflete desigualdades socioespaciais características da urbanização brasileira. As diferenças ocupacionais e de renda entre as diversas regiões administrativas do DF e os municípios goianos e mineiros intensificam uma expansão urbana dispersa e desigual.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Embora mudanças na forma da metrópole contemporânea globalizada, incluindo-se o crescimento disperso, tenham sido atribuídas, em larga medida, à flexibilização de processos industriais, em Brasília, a idade governamental e terciária, esse não poderia ser o caso. Em um contexto de elevada valorização da terra e dos imóveis na área central e de grande disparidade na distribuição de renda, estabeleceu-se, a partir da construção da cidade, uma organização espacial polinucleada. Na fase atual, em que diferenças ocupacionais e de renda acentuam as desigualdades e a segregação socioespacial, intensifica-se a expansão urbana dispersa.

- 30 Brasília é o centro polarizador da RIDE-DF e é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como metrópole nacional.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Brasília, centro polarizador da RIDE-DF, é classificada como metrópole nacional pelo estudo das regiões de influência das cidades (RE GIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008).

- 31 A RIDE-DF é formada pela capital administrativa e política do país, Brasília, caracterizada predominantemente por atividades terciárias e quaternárias, e por parte de um corredor dinâmico de base agropecuária, o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Englobando uma vasta área, a RIDE-DF inclui a capital administrativa e política do país, Brasília, que se caracteriza de forma predominante por atividades terciárias. Abrange, também, parte de um corredor dinâmico de base agrícola e industrial, o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, e, ainda, áreas de

produção primária e agroindustrial com distintos níveis e formas de integração às funcionalidades metropolitanas.

- 32 A RIDE-DF é considerada uma região metropolitana que integra a apenas os núcleos urbanos do DF e os municípios limítrofes do estado de Goiás.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Com uma institucionalização formal, sem contrapartidas financeiras, políticas e técnicas suficientes dos órgãos que nela atuam para promover o desenvolvimento regional preconizado, a RIDE-DF tem sido frequentemente tomada como um espaço metropolitano. Na realidade, seria mais apropriado considerar que há uma metrópole dentro dessa região, que, por sua vez, abarca um espaço maior e apresenta outras dinâmicas. A RIDE-DF integra três unidades da Federação — Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal — e seu recorte territorial e institucional foi recentemente ampliado e transformado em região metropolitana do Distrito Federal.

A tabela seguinte mostra dados de 2015 a respeito da realidade étnica e social do DF.

grupos de renda	população total (habitantes)	população negra (habitantes)		população não negra (habitantes)	
	absoluto	absoluto	%	absoluto	%
alta	375.002	123.024	32,81	251.978	67,19
média alta	917.646	484.560	52,80	433.086	47,20
média baixa	1.299.361	852.718	65,63	446.643	34,37
baixa	314.289	223.305	71,05	90.984	28,95
total	2.906.298	1.683.606	57,93	1.222.692	42,07

CODEPLAN. Pesquisa distrital por amostra de domicílios – PDAD-DF, 2015 (com adaptações).

Considerando essa tabela, julgue os itens seguintes.

- 33 Os dados referidos na tabela indicam que a população negra no DF concentra-se principalmente nos estratos de renda média baixa.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Entre todos os grupos de renda, o de maior concentração populacional é o de renda média baixa, sendo 65,63% desse grupo composto de população negra.

- 34 Conforme os dados apresentados, a população não negra do DF é menor que a população negra e os padrões de distribuição das faixas de renda entre essas populações são considerados equivalentes.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os dados da CODEPLAN indicam que a população não negra é, em termos populacionais, menor que a população que se destaca de clara negreza, porém a distribuição desta população nas faixas de renda apresenta desigualdades: embora em maior número, a população negra tem padrão de renda bem inferior ao da população não negra.

- 35 A participação expressiva da população negra no DF é resultado dos fluxos migratórios internos no território brasileiro e reflexo da composição étnica da população brasileira como um todo, uma vez que o Brasil possui um dos maiores contingentes de negros fora da África.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O Brasil é o país com maior população negra fora do continente africano, resultado do intenso tráfico de africanos para o trabalho escravo durante o período colonial e imperial do país. Além desse fato, as migrações de população negra brasileira de outras regiões e estados para o Distrito Federal culminaram nesse contingente populacional negro expressivo.

Com referência ao disposto na Lei Orgânica do DF e em suas alterações, julgue os itens subsequentes.

- 36 A adoção de políticas públicas de educação preventiva do suicídio constitui um dos objetivos prioritários do DF.

JUSTIFICATIVA - CERTO.  
LODF

Art. 3.º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

XIII - valorizar a vida e a dotar políticas públicas de saúde, de

assistência e de educação preventivas do suicídio. *(Inciso acrescido pela Emenda à Lei Orgânica n.º 103, de 2017)*

- 37 Na execução do seu programa de desenvolvimento econômico-social, o DF deverá buscar a integração com a região do entorno de seu espaço físico-geográfico.

JUSTIFICATIVA - CERTO.

LODF

Art. 9.º O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento e econômico-social, buscará a integração com a região do entorno do Distrito Federal.

- 38 No DF, a criação de uma região administrativa se dá mediante decreto do governador, e quanto a extinção de região administrativa deverá ser estabelecida por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.

JUSTIFICATIVA - ERRADO.

LODF

Art. 13 A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

De acordo com o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo — Decreto n.º 37.297/2016 —, julgue os itens que se seguem.

- 39 O recebimento, por servidor do DF, de ingresso para participar de congresso ou de show em razão de contrapartida de convênio não é considerado vantagem de natureza indevida.

JUSTIFICATIVA - CERTO. É legal o recebimento de ingresso para show ou atividade, se for por contrapartida de contrato administrativo ou convênio.

Decreto n.º 37.297/2016

Art. 10 O servidor ou empregado público não deve, direta ou indiretamente, solicitar, insinuar, aceitar ou receber bens, benefícios ou quaisquer vantagens materiais ou imateriais, para si ou para outrem, em razão do exercício de suas atribuições, cargo, função ou emprego público.

(...)

§ 2.º Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida:

(...)

IV - ingressos para participação e manifestações, shows, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que a justados e m contrapartida de contrato administrativo ou convênio.

- 40 A sanção prevista para servidor que infringir norma ética do referido código é a demissão do serviço público.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A sanção ética é a de censura ética, e não a demissão.

Decreto n.º 37.297/2016

Art. 12 A violação aos dispositivos estabelecidos no presente Código e enseja ao servidor ou empregado público infrator a aplicação de censura ética.

Com base nas disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do DF, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais — Lei Complementar n.º 840/2011 e suas alterações —, julgue os itens a seguir.

- 41 Ao servidor público matriculado em curso de educação superior poderá ser concedido horário especial de trabalho, caso sua grade horária no curso seja incompatível com o horário da unidade onde ele trabalha, desde que não haja prejuízo ao exercício das funções do cargo e que o servidor cumpra integralmente o regime semanal de trabalho.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O servidor pode ter horário especial para cursar a educação superior, sem prejuízo do cargo, mas deverá cumprir integralmente o regime semanal de trabalho.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 61 Pode ser concedido horário especial ao servidor:

(...)

III - matriculado em curso de educação básica e de educação superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário

escolar e o da unidade administrativa, sem prejuízo do exercício do cargo;

(...)

§ 2.º Nos casos dos incisos III e IV, é exigida do servidor a compensação de horário na unidade administrativa, de modo a cumprir integralmente o regime semanal de trabalho.

- 42 Embora a Presidência da República Federativa do Brasil tenha a prerrogativa de requisitar que determinado servidor estável do DF seja colocado à disposição de algum de seus órgãos, o afastamento do servidor do cargo efetivo somente poderá ocorrer se estipulados a finalidade e o prazo para tal.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quando há requisição da Presidência da República, não se aplica o § 2.º do art. 157 da LC 840/2011.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 157 O servidor estável, sem prejuízo da remuneração ou subsídio e dos demais direitos relativos ao cargo efetivo, pode ser colocado à disposição de outro órgão ou entidade para o exercício de atribuições específicas, nos seguintes casos:

I - interesse do serviço;

II - deficiência pessoal e m órgão, autarquia ou fundação sem quadro próprio de servidores de carreira;

III - requisição da Presidência da República;

(...)

§ 2.º No caso dos incisos I e II do caput, o afastamento do cargo efetivo restringe-se ao âmbito do mesmo Poder e só pode ser para fim determinado e a prazo certo.

- 43 Servidor público que cometer infração disciplinar ficará sujeito a responder penal, civil e administrativamente pela infração e, no caso de ele ser absolvido na esfera penal por falta de prova, a sua responsabilidade administrativa será afastada.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A responsabilidade administrativa somente é afastada em caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 181 O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1.º As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.

- 44 A redistribuição consiste no deslocamento da lotação de servidor, no mesmo órgão e na mesma carreira, de uma localidade para outra.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O item apresenta o conceito de remoção, que é o deslocamento da lotação do servidor, no mesmo órgão e na mesma carreira, de uma localidade para outra.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 41 Remoção é o deslocamento da lotação do servidor, no mesmo órgão, autarquia ou fundação e na mesma carreira, de uma localidade para outra.

(...)

Art. 43 Redistribuição é o deslocamento do cargo, ocupado ou vago, para outro órgão, autarquia ou fundação do mesmo Poder.

- 45 Servidor público estável que esteja em gozo de licença para tratar de interesses particulares poderá exercer outro cargo ou outro emprego público, desde que este seja cumulável com seu cargo ou emprego de origem.

JUSTIFICATIVA - CERTO. No período da licença para tratar de interesses particulares, o servidor somente não pode exercer cargo ou emprego público inacumulável com o de origem.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 144 A critério da administração pública, pode ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração (...)

§ 2.º O servidor não pode exercer cargo ou emprego público inacumulável durante a licença de que trata este artigo.

- 46 Servidor público que cometer infração disciplinar a o proceder com conduta profissional classificada como erro de procedimento será submetido a sanção disciplinar e a conduta for caracterizada cumulativamente pelo prejuízo moral, seja este relevante ou irrelevante.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional configure erro de procedimento e seja caracterizada cumulativamente pelo prejuízo moral irrelevante. Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 210 Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada, cumulativamente, por:

(...)

IV - prejuízo moral irrelevante;

- 47 Servidor público que tiver sido exonerado de seu cargo permanecerá responsável administrativamente pelos atos praticados no exercício de seu cargo, observado o prazo prescricional.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Após a exoneração, o servidor ainda é responsável administrativamente pelos atos praticados no exercício do cargo.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 186 A responsabilidade administrativa, apurada na forma desta Lei Complementar, resulta de infração disciplinar cometida por servidor no exercício de suas atribuições, em razão de suas omissões incompatíveis.

§ 1.º A responsabilidade administrativa do servidor, observado o prazo prescricional, permanece em relação aos atos praticados no exercício do cargo:

I - após a exoneração;

- 48 Em se tratando de servidor que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar e em razão do cometimento de infração disciplinar, eventual pedido de exoneração do cargo ou de aposentadoria voluntária apresentado antes da conclusão do prazo para a defesa escrita deverá ser indeferido.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A autoridade instauradora de processo disciplinar pode autorizar exoneração a pedido ou aposentadoria voluntária.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 221 **Salvo quando autorizado pela autoridade instauradora**, é vedado deferir ao servidor acusado, desde a instauração do processo disciplinar até a conclusão do prazo para defesa escrita:

(...)

III - exoneração a pedido;

IV - aposentadoria voluntária.

- 49 Em caso de servidor público que tenha se acidentado em serviço e necessite de tratamento especializado disponível exclusivamente em instituição privada, o governo do DF poderá ser responsabilizado pelo custeio desse tratamento.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O servidor acidentado pode receber tratamento especializado em instituição privada, às expensas do Distrito Federal.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 276 O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado pode ser tratado em instituição privada, às expensas do Distrito Federal.

Parágrafo único. O tratamento referido neste artigo constitui medida de exceção e somente é admissível quando não existirem meios e recursos adequados em instituição pública.

- 50 Servidor público concursado que sofrer acidente que lhe reduza a capacidade de trabalho, sendo essa condição comprovada em inspeção médica, deverá ser readaptado para exercer atividades compatíveis com a sua limitação, conforme habilitação do concurso público que houver prestado, sem diminuição de sua remuneração.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A redução da capacidade laboral, se comprovada em inspeção médica, implica a readaptação do servidor em atividades compatíveis com a limitação sofrida.

Lei Complementar n.º 840/2011

Art. 277 Ao servidor efetivo que sofrer redução da capacidade laboral, comprovada em inspeção médica, deverão ser proporcionadas atividades compatíveis com a limitação sofrida, respeitada a habilitação exigida no concurso público.

Parágrafo único. O servidor readaptado não sofre prejuízo em sua remuneração ou subsídio.

### Espaço livre

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Tendo como base a norma NBR 16636-1:2017, julgue os itens a seguir.

- 51 Na etapa de estudo preliminar arquitetônico, são representadas as informações técnicas iniciais de detalhamento do projeto arquitetônico da edificação e de suas instalações.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A descrição corresponde à etapa de anteprojeto arquitetônico, conforme item 3.4 da NBR 16636-1:2017: “Anteprojeto arquitetônico: etapa destinada à concepção e à representação das informações técnicas iniciais de detalhamento do projeto arquitetônico da edificação, ou dos espaços urbanos e de seus elementos, instalações e componentes, a ser realizada por profissional habilitado”. A descrição de estudo preliminar arquitetônico é, segundo a norma: “Estudo preliminar arquitetônico: etapa destinada ao dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto arquitetônico da edificação e anexos necessários à compreensão da configuração da edificação, podendo incluir alternativas de projeto”.

- 52 O memorial descritivo de projeto evidencia o atendimento às condições constantes do programa de necessidades e apresenta o partido arquitetônico adotado.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A descrição corresponde ao memorial justificativo de projeto, conforme item 3.72 da NBR 16636-1:2017: “Memorial justificativo de projeto: documento que evidencia o atendimento às condições estabelecidas no programa de necessidades. Apresenta o partido arquitetônico adotado e definido no estudo preliminar”. A descrição de memorial descritivo de projeto é: “3.71 - Memorial descritivo de projeto: documento desenvolvido e elaborado por profissional habilitado, complementar aos desenhos do projeto, que consiste na discriminação das atividades técnicas, das especificações e dos métodos construtivos a serem empregados na execução e determinação do obra ou serviço técnico, em conformidade com o projeto”.

- 53 Na etapa de projeto executivo arquitetônico, o profissional habilitado deve apresentar as informações técnicas definitivas dos projetos arquitetônicos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A descrição está conforme item 3.96 da NBR 16636-1:2017: “Projeto executivo arquitetônico: etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas dos projetos arquitetônicos, realizadas por profissional habilitado, de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à execução dos serviços e de obras correspondentes”.

- 54 Na etapa de projeto completo, é apresentada toda a documentação necessária para a execução do objeto de projeto, de forma compatibilizada e detalhada.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Conforme descrito no item 3.97 da NBR 16636-1:2017: “Projeto completo é a etapa dedicada à finalização da compatibilização, detalhamento das definições construtivas e à finalização de toda a documentação necessária à construção do objeto de projeto, que envolve o conjunto de desenhos, memoriais, memórias de cálculo e demais informações técnicas advindas das especialidades totalmente compatibilizadas e aprovadas pelo cliente, necessários à completa execução de obra de construção civil”.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com a NBR 6492:1994 da ABNT, que fixa as condições exigíveis para representação gráfica de projetos de arquitetura.

- 55 Para facilitar o manuseio e o arquivamento dos projetos, os desenhos devem ser apresentados em papéis nos formatos da série A, sendo A0 para o formato máximo e A3 para o formato mínimo.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Conforme NBR 6492:1994, o formato mínimo deve ser o A4. “4.2 - Formatos: devem ser utilizados os formatos de papel da série A, conforme NBR 10068,

formato A0 como máximo e A4 como mínimo, para evitar problemas de manuseio e arquivamento”.

- 56 A técnica de desenho à mão livre é adequada para a representação do projeto nas fases de estudo preliminar, enquanto o desenho por instrumento é recomendado para as fases de anteprojeto e de projeto executivo.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Segundo o texto da referida norma: “4.6.1 - Desenho à mão livre: de maneira geral é a representação do projeto nas fases de a) croquis; e b) estudo preliminar.

4.6.2 - Desenho por instrumento: recomendado como representação de projeto nas fases de: a) anteprojeto; b) projeto executivo.”

- 57 Planta de situação, plantas baixas, cortes, fachadas e estimativa de custo são documentos típicos da fase de anteprojeto.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Segundo a norma, a estimativa de custo é considerada documento eventual da fase de anteprojeto. “5.1.3. Anteprojeto (...) 5.1.3.1 Documentos típicos: a) situação; b) plantas, cortes e fachadas; c) memorial justificativo, abrangendo aspectos construtivos; d) discriminação técnica; e) quadro geral de acabamento (facultativo); f) documentos para aprovação em órgãos públicos; g) lista preliminar de materiais. 5.1.3.2 Documentos eventuais: a) desenvolvimento de elementos de interesse, em casos especiais; b) maquete; c) estimativa de custo”.

Em um município que conta com plano diretor, um cidadão deseja realizar o parcelamento de um terreno urbano, com área de 120 ha, do qual é proprietário. O projeto urbanístico do referido terreno prevê abertura de novas vias de circulação e ampliação de vias existentes.

A respeito dessa situação hipotética e de aspectos legais a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

- 58 A situação tratada e o mapeamento urbano mediante loteamento, cujo projeto urbanístico deverá garantir que as áreas destinadas aos sistemas de circulação e aos espaços livres de uso público serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor para a zona em que o terreno está localizado.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** É considerado loteamento, conforme art. 2.º da Lei n.º 6.766/1979: “O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1.º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”. Além disso, o art. 4.º da mesma Lei define os requisitos mínimos para projetos de loteamento, dentre eles: “Art. 4.º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas aos sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem”.

- 59 Se o terreno não estiver localizado em área considerada de relevante interesse ambiental pelos órgãos competentes, não será necessária a elaboração de estudo de impacto ambiental.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A Resolução CONAMA 001/1986 (que estabelece os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental) prevê obrigatoriedade de EIA/RIMA para projetos urbanísticos com mais de 100 ha.

“Art. 2.º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e encarregado supletivo, o licenciamento das atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

XV - Projetos urbanísticos, acima de 100 ha, ou em áreas



consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes”;

Até 2050, espera-se que a população urbana praticamente duplique, o que fará da urbanização uma das mais transformadoras tendências do século XXI. Populações, atividades econômicas, interações sociais e culturais bem como os impactos ambientais e humanitários estão cada vez mais concentrados nas cidades; sendo assim, surgem enormes desafios de sustentabilidade em termos de habitação, infraestruturas, serviços básicos, segurança alimentar, saúde, educação, empregos condignos, segurança e recursos naturais, entre outros.

Nova Agenda Urbana – Habitat III. Internet: <<http://habitat3.org>> (com adaptações).

A respeito da Nova Agenda Urbana – Habitat III — também chamada Declaração de Quito sobre cidades e aglomerados urbanos sustentáveis para todos —, julgue os seguintes itens.

- 60 A Nova Agenda Urbana define padrões globais para orientar o desenvolvimento urbano sustentável e estabelece metas a serem cumpridas, obrigatoriamente, pelos Estados-membros que tiverem assinado a declaração.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A Nova Agenda Urbana é um documento não vinculante. Conforme descrito no site das Nações Unidas: “A agenda não vincula os Estados-membros ou prefeituras a metas ou objetivos específicos, mas é uma ‘visão compartilhada’ que estabelece normas para a transformação de áreas urbanas em regiões mais seguras, resistentes e mais sustentáveis, com base em um melhor planejamento e desenvolvimento. Ao assinar a declaração, os Estados-membros da ONU se comprometem a agir conscientemente ao longo dos próximos 20 anos, a fim de melhorar todas as áreas da vida urbana através do Plano de Implementação de Quito, com o apoio dos resultados da Habitat III e da Nova Agenda”.

- 61 A Nova Agenda Urbana propõe uma gestão ambiental dos resíduos e a redução substancial de sua geração, por meio do estímulo à reutilização, à reciclagem e à conversão de resíduos em energia.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O texto da Nova Agenda Urbana é apresentado a seguir: “74. Comprometemo-nos a promover uma gestão ambiental consolidada dos resíduos e a reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da sua redução, reutilização e reciclagem, minimizando aterros sanitários e convertendo resíduos em energia quando os mesmos não podem ser reciclados ou quando isto significar o melhor resultado ambiental. Comprometemo-nos também a reduzir a poluição marinha por meio de uma melhor gestão das águas residuais e dos resíduos nas zonas costeiras.

Julgue os itens a seguir, com relação à coleta e à destinação de resíduos sólidos urbanos.

- 62 Para a eficácia de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, é necessário observar, as seguintes ações, em ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Segundo a Lei n.º 12.305/2010 “Art. 9.º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

- 63 Aterros sanitários são locais de disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, pois evitam danos à saúde pública e à segurança bem como minimizam impactos ambientais adversos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Segundo a Lei n.º 12.305/2010 “Art. 3.º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: V - III disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas

de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos”.

- 64 Nos aterros sanitários, há a possibilidade de aproveitamento energético do biogás produzido pela degradação dos resíduos para que seja convertido em calor ou eletricidade, o que já é feito em alguns aterros no Brasil.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Segundo o site do Ministério do Meio Ambiente: “Objetivo do projeto de aproveitamento energético do biogás produzido pela degradação dos resíduos é convertê-lo em uma forma de energia útil tais como: eletricidade, vapor, combustível para caldeiras ou fogões, combustível veicular ou para abastecer gasodutos com gás de qualidade. Independente do uso final do biogás produzido no aterro, deve-se projetar um sistema padrão de coleta, tratamento e queima do biogás: poço de coleta, sistema de condução, tratamento (inclusive para desumidificar o gás), compressor e flare com queima controlada para a garantia de maior eficiência de queima do metano. Existem diversos projetos de aproveitamento energético no Brasil, como nos aterros Bandeirantes e São João, no município de São Paulo, que já produzem energia elétrica”.

Com relação ao paisagismo nos espaços livres urbanos e nos espaços vinculados à edificação, julgue os próximos itens.

- 65 A vegetação urbana contribui para a melhoria do conforto térmico de uma região e diminui a poluição atmosférica, mas não tem impacto na redução de ruídos.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. As árvores e a vegetação em geral podem ajudar a reduzir a contaminação do ruído de cinco maneiras diferentes: pela absorção do som (elimina-se o som), pela desviação (altera-se a direção do som), pela reflexão (o som refletido volta à sua fonte de origem), pela refração (as ondas sonoras mudam de direção ao redor de um objeto), por ocultamento (cobrem-se o som indesejado por outros mais agradáveis). Apesar de alguns autores considerarem que o efeito de redução do som pelas plantas é mais psicológico do que físico, recentes estudos indicam que o potencial da vegetação é bastante efetivo, indicando reduções entre 5 a 10 decibéis para barreiras lineares compostas por coníferas em plantio denso.

- 66 No projeto de arborização urbana, a localização das árvores é tão importante quanto a escolha das espécies; como exemplo, para evitar que galhos da vegetação invadam apartamentos, é recomendado que a árvore fique afastada a uma distância equivalente ao raio de sua copa.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A recomendação é que fique afastada a uma distância equivalente ao diâmetro de sua copa e, em situações especiais, 2/3 do diâmetro.



Foto: Oscar Liberal. Internet: <<http://portal.iphlan.gov.br>>.

Tendo como referência inicial o projeto do edifício do Ministério da Educação e Saúde, construído no Rio de Janeiro mostrado na



figura anterior, julgue os próximos itens, com relação ao modernismo na arquitetura brasileira.

- 67 O edifício em questão foi a primeira obra da arquitetura moderna brasileira, de caráter monumental, a apresentar os cinco princípios básicos postulados por Le Corbusier: planta livre, fachada livre, *pilotis*, terraço-jardim e janelas em fita.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O edifício foi aclamado como a primeira obra da arquitetura moderna de caráter monumental a consolidar os cinco princípios básicos corbuseanos: planta livre, fachada livre, *pilotis*, terraço-jardim e janelas em fita.

- 68 Apesar de apresentar traços das ideias modernistas, a obra do arquiteto russo Gregori Warchavchik exerceu pouca influência no estabelecimento da nova arquitetura no Brasil.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A obra de Warchavchik é considerada precursora do modernismo no Brasil, e de suma importância para o rompimento com estilos neocoloniais e estabelecimento do modernismo. A obra dele representou uma etapa necessária, já que tornou possível o rompimento com a influência da tradição e o estabelecimento de um novo vínculo com as correntes vivas da arquitetura internacional. O que ele não conseguiu foi impor essa arquitetura de modo definitivo. A influência de Le Corbusier não se deu de maneira repentina, e sim progressivamente, como bem demonstra a evolução das obras “modernas” construídas ou projetadas no Rio de Janeiro. Sabe-se que as primeiras realizações foram de autoria de Warchavchik, com quem Lúcio Costa se associou de 1931 a 1933. O papel de Warchavchik nesse primeiro período não deve ser minimizado, nem ignorado, como muitas vezes ocorreu.

Brasília foi planejada conforme os conceitos do urbanismo moderno, sobretudo naquilo que se refere à Carta de Atenas de 1933. Devido a sua importância, a cidade foi reconhecida como patrimônio cultural em três instâncias: local, nacional e mundial.

Considerando as características de Brasília e os instrumentos de proteção do patrimônio cultural, julgue os itens que seguem.

- 69 A fim de garantir as características do Plano Piloto de Brasília, foram tombadas as quatro escalas que caracterizam o projeto original — monumental, residencial, gregária e bucólica.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O tombamento refere-se ao Conjunto Urbanístico de Brasília. As escalas são utilizadas como parâmetro para a preservação. Segundo a cartilha do IPHAN/DF sobre superquadras — Superquadra Brasília: preservando um lugar de viver — “A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica”.

É um modo inovador de associar conceitos urbanísticos a um instituto jurídico bastante conhecido — o tombamento — além de viabilizar a preservação de um objeto ainda em construção. Entretanto, ao contrário do que comumente se pensa, as escalas propriamente ditas não são tombadas. O conjunto urbanístico de Brasília, sim, é tombado como patrimônio cultural brasileiro, enquanto as escalas servem como parâmetro, como referência para a manutenção de características essenciais da cidade.

- 70 Definida como área residencial com relativa autonomia e autossuficiência com relação à cidade, a ideia de unidade de vizinhança foi concebida por Lúcio Costa e implantada pela primeira vez no Plano Piloto de Brasília.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O conceito de unidade de vizinhança foi concebido pelo arquiteto e urbanista Clarence Arthur Perry para o Plano Regional de Nova York, de 1923. Segundo a cartilha do IPHAN/DF sobre superquadras — Superquadra Brasília: “O conceito de Unidade de Vizinhança origina-se das ideias do arquiteto e urbanista Clarence Arthur Perry para o Plano Regional de Nova York, de 1923, no qual ele a definiu como um área residencial com relativa autonomia para com o conjunto maior, que seria a própria cidade, criando uma relativa autossuficiência e m

termos de oferta de determinados serviços, tanto públicos quanto privados”.

- 71 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro; entre os instrumentos de proteção do patrimônio material em utilização pelo IPHAN, o tombamento é o mais antigo.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Conforme descrito no site do Iphan: “O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”.

Os instrumentos de proteção do patrimônio material utilizados pelo IPHAN visam garantir igualmente a preservação dos bens de interesse cultural para o país. Foram estabelecidos por diferentes legislações ao longo do tempo, e atualmente constituem uma gama de alternativas a serem empregadas a depender da natureza do bem. Tombamento - É o mais antigo instrumento de proteção e utilização pelo IPHAN, tendo sido instituído pelo Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto.

Julgue os seguintes itens, a respeito do sistema viário de um assentamento urbano, composto das redes de circulação de veículos automotores, bicicletas, pedestres, entre outros.

- 72 Comparado aos demais sistemas de infraestrutura urbana, o sistema viário, considerando-se a rede de pavimentação e de drenagem pluvial, é o mais caro: corresponde a cerca de 50% do custo total de urbanização.

JUSTIFICATIVA - CERTO. De todos os sistemas, o sistema viário é o mais deificado, merecendo estudos cuidadosos porque: 1) é o mais caro do conjunto de sistemas urbanos, já que normalmente abrange mais de 50% do custo total de urbanização. Esses custos são divididos em média nas seguintes proporções: sistema viário: 45% (pavimentação 73% e drenagem 27%); sistema sanitário: 20% (água potável 30% e esgoto cloacal 70%); sistema energético: 19% (energia elétrica 58% e gás em canal 42%); sistema de comunicações: 16% (telefonia 75% e TV a cabo 25%).

- 73 Para a escolha do material de revestimento das vias de circulação de veículos, deve-se considerar, entre outros aspectos, a relação entre o coeficiente de atrito do material e a velocidade dos veículos na via; e em vias urbanas, esse coeficiente pode ser inferior ao adotado em estradas interurbanas.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O coeficiente de atrito para o caso de vias urbanas pode ser inferior ao adotado em estradas (revestimento mais áspero). No caso de vias urbanas, a aparência do revestimento é mais importante. O revestimento mais liso não causa grande decréscimo de segurança (menor coeficiente de atrito), pois a velocidade dos veículos na cidade é menor do que nas estradas.

Em projetos de arquitetura para edifícios, o fluxograma é construído com os elementos do programa de necessidades; por sua vez, o projeto de implantação só se viabiliza a partir de um fluxograma consistente. A divisão espacial organiza-se desde a subdivisão entre os setores principais até o leiaute específico dos ambientes. Pode-se optar por uma arquitetura racionalizada e modulada ou por uma construção menos disciplinada, mais livre, porém mais cara.

Considerando o assunto do texto precedente, julgue os itens que se seguem, relativos a modulação e racionalização de construções, ergonomia, programa de necessidades e fluxograma.

- 74 A planta livre permite que os espaços sejam aprimorados e otimizados, sobretudo quanto à sua função, enquanto a arquitetura modulada otimiza as funções do programa de necessidades.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A arquitetura modulada otimiza o

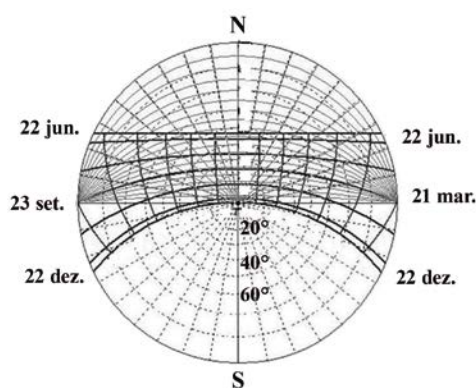
consumo de materiais da construção (e não as funções), a partir da repetição, e a consequente produção industrial.

- 75 No que tange à otimização do trabalho humano, um programa de necessidades deve contribuir, entre outros aspectos, para a definição das funções dos espaços por meio de critérios ergonômicos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O principal objetivo da ergonomia é desenvolver e aplicar técnicas de adaptação de elementos do ambiente de trabalho ao ser humano. O programa deve definir as funções dos espaços, inclusive do ponto de vista ergonômico.

- 76 O partido do volume arquitetônico depende não apenas da organização dos setores principais, mas também das condicionantes topográficas, por isso, para que um edifício possa ser implantado em determinado terreno, é necessário que o programa de necessidades e o fluxograma estejam concluídos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A topografia existente condiciona o partido da implantação, que resulta também de outros fatores, como a subdivisão dos setores principais.



Internet: <<https://folhaazero.wordpress.com/>> (com adaptações).

Considerando essa figura, que mostra a carta solar de São Paulo (latitude 23° 61'), julgue os próximos itens.

- 77 Infere-se dessa carta solar que, em São Paulo, os dias são mais curtos em junho que em dezembro.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A linha de 22 de junho corta um trecho menor do círculo, ao passo que a linha de 22 de dezembro é curva e atinge a parte central do círculo, maior.

- 78 Na figura, os dias 22 de junho e 22 de dezembro correspondem aos equinócios, e quanto aos dias 23 de setembro e 21 de março são os solstícios.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** No hemisfério sul, 22 de julho é o dia mais curto do ano, chamado de solstício de inverno. Ao contrário, o solstício de verão, 22 de dezembro, é o dia mais longo.

- 79 **Situação hipotética:** Um arquiteto deverá estabelecer o desenho de brises de uma edificação inserida com a mesma orientação sobre o centro do círculo da carta solar de São Paulo apresentada anteriormente. Para representar a planta dessa edificação, ele desenhou o seguinte retângulo. Na dimensão menor do retângulo estarão as empenas cegas da edificação.



**Assertiva:** Nesse caso, na fachada sul, localizada no lado maior do retângulo, deverão ser instalados brises horizontais. Na fachada norte, deverá ser instalado um brise composto (vertical e horizontal).

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** No lado do retângulo da fachada norte, nas horas mais quentes do dia, o sol estará a pino sobre o

edifício, bastando, então, um brise vertical.

Acerca de diferentes tipos de conexões para instalações de água fria da série marrom, julgue os itens a seguir, relativos a instalações hidrossanitárias.

- 80 As figuras de I a IV a seguir mostram, respectivamente, uma luva soldável, uma cruzeta soldável, um tê de redução soldável e uma bucha de redução longa soldável.



**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A figura III mostra um tê de 90°, e não um tê de redução soldável.

- 81 A seguir, as figuras de I a IV apresentam, respectivamente, uma junção de 45° com bolsas, um joelho de 45°, um joelho de 90° soldável e uma curva de 45° soldável.



**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Todas as designações apresentadas estão corretas.

- 82 Nas figuras de I a IV a seguir, são mostradas, respectivamente, uma curva de 90° soldável, um tê de redução soldável, um tê de ampliação soldável e uma bucha de redução curta soldável.



**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A figura III mostra um tê de redução, e não um tê de ampliação soldável.

A NBR 10897:2014 regulamenta o dimensionamento de *sprinklers* quanto aos níveis de risco conforme a classificação das edificações, da seguinte maneira.

- risco leve: 0,05 unidades/m<sup>2</sup>
- risco ordinário: 0,08 unidades/m<sup>2</sup>
- risco extraordinário: 0,10 unidades/m<sup>2</sup>

Considerando as informações precedentes, julgue os itens subsequentes.

- 83 Um depósito de 5 m × 10 m de área contendo galões de gasolina estará protegido contra risco de incêndio se nele forem instaladas três carreiras de *sprinklers*, cada uma com três chuveiros.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.**  $5 \times 10 = 50 \text{ m}^2 - 50 \times 0,1 = 5 \text{ unidades} - 3 \times 3 = 9 - 9 > 5$ . O sistema está superdimensionado, portanto seguro.

- 84 O *sprinkler* é um chuveiro que possui um bulbo de vidro sensível ao calor e uma ampola de vidro que atua como um registro, o que permite que a água escoe até que a temperatura ambiente ao redor do aspersor abaixe consideravelmente. Dessa forma, os aspersores afastados do fogo não funcionam.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Um *sprinkler* possui um bulbo de vidro sensível ao calor. A ampola de vidro atua como um tampão que impede a água de escoar até que a temperatura ambiente ao

redor do aspersor atinja a temperatura de ativação. Assim, apenas os aspersores perto do fogo funcionarão. O bico do *sprinkler* é rosqueado a uma tubulação pressurizada.

- 85 Todo sistema de *sprinklers* deve dispor de um reservatório de água com capacidade suficiente para atender à demanda do sistema, sendo exigida, por norma, uma reserva técnica de incêndio, calculada por meio da diferença de nível entre a saída de consumo e a canalização de incêndio.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Todo sistema de *sprinklers* deve dispor de um reservatório com capacidade suficiente para atender à demanda do sistema. A norma exige uma reserva técnica de incêndio, que pode ser obtida por meio de diferença de nível entre saída de consumo e canalização de incêndio.

As figuras de I a III a seguir, retiradas e adaptadas da NBR 9077:2001, mostram, respectivamente, a planta de uma escada enclausurada, o corte com duto de saída de ar e o corte com duto de entrada de ar.

#### Legenda

- 1 – antecâmara
- 2 – duto de entrada de ar
- 3 – duto de saída de ar
- 4 – acesso

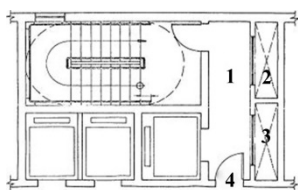


Figura I

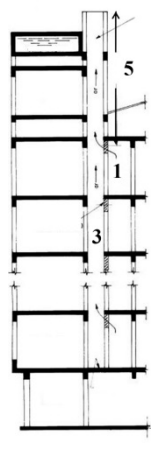


Figura II

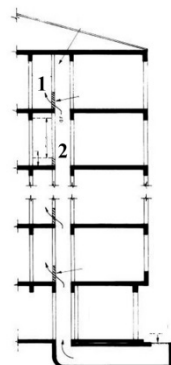


Figura III

Tendo como referência inicial essas figuras e as informações a elas relacionadas, julgue os seguintes itens.

- 86 Os dutos de ventilação natural devem formar um sistema que integre o duto de entrada de ar e o duto de saída de ar através da antecâmara da escada.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Os dutos de ventilação natural devem formar um sistema integrado: o duto de entrada de ar (2) e o duto de saída de ar (3).

- 87 Os dutos de saída de ar devem elevar-se a 3,50 m (medida mostrada na figura I) acima do nível da abertura da antecâmara do último pavimento, devendo seu topo situar-se a 1,00 m acima de qualquer outro elemento construtivo e sua base ser fechada.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A medida estabelecida na NBR 9077:2011 é de 3,00 m acima do nível da abertura da antecâmara do último pavimento servido pelo duto, devendo seu topo situar-se 1,00 m acima de qualquer elemento construtivo existente sobre a cobertura. Esses dutos devem ser fechados na base. Para o local indicado pelo número 4 na figura I, é correto especificar uma porta corta-fogo constituída de materiais incombustíveis e dotada de um vidro aramado transparente, com 6,5 mm de espessura e 0,50 m² de área máxima.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** NBR 9077:2001: porta corta-fogo (PCF): conjunto de folha de porta, marco e acessórios. As portas podem ser dotadas de vidros aramados transparentes, com 6,5 mm de espessura e até 0,50 m² de área.

Julgue os próximos itens, referentes a aspectos de projeto de detalhamento de edifício.

- 89 A única finalidade do caderno de encargos é fixar as formas de pagamento a serem adotados pela fiscalização e orientar a

licitação na modalidade de preços unitários.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Um caderno de encargos é composto de especificação, critérios de medição e forma de pagamento e tem como finalidades definir os materiais e fixar as condições para execução dos serviços com fornecimento total de materiais, licitação na modalidade de preço unitário, a serem contratados.

- 90 Estruturas de madeira são mais suscetíveis a ataques de fungos e insetos que estruturas de aço, porém estruturas de aço, apesar de não serem combustíveis, são sujeitas à corrosão.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A principal desvantagem da estrutura de aço é sua grande suscetibilidade à ação do tempo e do fogo, apesar de não ser combustível.

- 91 Vigas de concreto são menos duráveis que vigas de aço, devido à dificuldade de acesso às armaduras para a necessária manutenção.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** As vigas de concreto são mais duráveis que as de aço, devido à proteção das armaduras através dos cobrimentos. As estruturas de concreto apresentam elevada durabilidade e resistência ao fogo, características que implicam maior segurança à edificação.

- 92 Perfis estruturais de aço podem ser moldados *in loco* ou pré-moldados e laminados na produção, o que permite adequar o custo da estrutura a diferentes condições.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** As estruturas de aço não são moldadas *in loco*, mas adquiridas em barras a partir de perfis industrializados. Os perfis estruturais de aço mais utilizados na construção civil são os perfis laminados.

Com relação ao detalhamento do marco e do batente conforme o modelo de porta (pivotante, vaivém, de correr etc.), julgue os itens seguintes.

- 93 O marco de portas pivotantes e de portas vaivém deve necessariamente ser liso e sem batente. A porta vaivém dispõe, ainda, de uma mola para posicioná-la corretamente fechada.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O pivô da porta pivotante permite que um lado gire para a esquerda e o outro para a direita. Os batentes de verão ficam em lados opostos. A porta vaivém não tem batentes, mas mola.

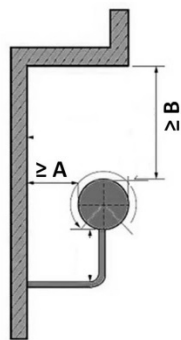
- 94 O marco de uma porta convencional, com dobradiças normais, deve necessariamente dispor de encaixes, à guisa de batentes, de cada lado. Alisares ajudam no acabamento dos marcos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O batente do lado posterior, junto à dobradiça da porta, é necessário para garantir a vedação, impedindo a passagem de luz.

- 95 A porta de correr opera em plano fora da parede e seu marco é liso e sem batentes, sendo indispensável o emprego de alisares.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Um alisar garante um acabamento à prova de imperfeições de execução tanto da parede como do próprio marco. Não são imprescindíveis para as portas de correr; pelo contrário, obrigam um maior afastamento da folha de porta do plano da parede.





NBR 9050:2015 (com adaptações).

Considerando a figura precedente, referente a corrimãos e barras de apoio, julgue os itens a seguir, acerca de acessibilidade.

- 96** O conceito de acessibilidade abrange a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações e transportes, públicos ou privados de uso coletivo, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A NBR 9050: 2015 apresenta a seguinte definição de acessibilidade em seu item 3.1.1: “É a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”. Para que a estrutura apresentada na figura atenda às normas de acessibilidade, a medida A deve ser de 30 mm, no mínimo, e a medida B, de 150 mm, no mínimo.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Conforme a NBR 9050:2015, item 4.6.5, acerca da empunhadura: “Objetos como corrimãos e barras de apoio, entre outros, devem estar afastados no mínimo 40 mm da parede ou do outro obstáculo. Quando o objeto for embutido em nichos, deve-se prever também uma distância livre mínima de 150 mm acima”.

Julgue os próximos itens, relativos a acompanhamento e fiscalização de obras e serviços, conforme disposições do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

- 98** Na fiscalização de obras, prevalecem as sanções e a coerção — recursos empregados diante dos ordenamentos legais que normatizam a questão.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Segundo manual elaborado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo: “[...] na fiscalização, deve-se antepor a inteligência à burocracia e à coerção, utilizando-se de ações continuadas de divulgação e esclarecimento dos ordenamentos legais vigentes que normatizam a questão”. (C.f. CAU/BR. **Manual de Fiscalização do Exercício da Arquitetura e Urbanismo**. p.7.)

- 99** Ante qualquer prova ou indício de ato infracional à legislação profissional ocorrido em obras de edificações públicas, é dever do CAU lavrar auto de infração, de acordo com os trâmites processuais definidos por resoluções do conselho.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** As estruturas do CAU funcionam em caráter preventivo e educativo. Assim, “quando na verificação de prova ou indício de infração à legislação profissional, devem atuar de modo a reprimir o ato infracional, mediante emissão de notificação para regularização da situação constatada, e, caso não seja atendida tal providência, será lavrado o Auto de Infração [...]” (CAU/BR. **Manual de Fiscalização do Exercício da Arquitetura e Urbanismo**, p.8).

- 100** Em canteiros de obras onde se realizam atividades técnicas compartilhadas com outras profissões regulamentadas, deve-se verificar se as atividades técnicas ali realizadas

encontram-se registradas e sob responsabilidade técnica de profissional habilitado e em situação regular perante o CAU. **JUSTIFICATIVA - CERTO.** As ações de fiscalização em obras abrangem os canteiros de obras, onde as atividades devem estar sob responsabilidade de profissional habilitado e com registro regular junto ao conselho profissional.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 12.378/2010 e suas alterações.

- 101** Cabe aos conselhos de arquitetura e urbanismo dos estados e do Distrito Federal fiscalizar o exercício das atividades, atribuições e campos concernentes à arquitetura e urbanismo no território de suas jurisdições, considerando particularidades das unidades da Federação e respeitando os dispositivos legais em vigor e a homogeneização dos procedimentos jurídico-administrativos de âmbito nacional.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** O manual do Conselho define que os “Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) devem fiscalizar o exercício das atividades, atribuições e campos de atuação concernentes à Arquitetura e Urbanismo, em todo território de suas jurisdições. Considerando-se as particularidades de cada Unidade da Federação, o CAU/UF deve planejar e executar suas ações de fiscalização de acordo com as condições e peculiaridades que lhe são próprias, desde que respeitados os dispositivos legais em vigor, a homogeneização dos procedimentos jurídico-administrativos de âmbito nacional [...]”. (CAU/BR. **Manual de Fiscalização do Exercício da Arquitetura e Urbanismo**. Lei n.º 12.378/2010.)

- 102** Uma empresa pode ter a designação arquitetura em seu nome fantasia, mesmo que não haja entre seus profissionais um arquiteto.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Segundo a legislação: “Parágrafo único. Sem prejuízo do registro e aprovação pelo órgão competente, a sociedade que preste serviços de arquitetura e urbanismo deve-se adequar ao CAU da sua sede, o qual enviará as informações ao CAU/BR para fins de composição de cadastro unificado nacionalmente.

Art. 11. É vedado o uso das expressões “arquitetura” ou “urbanismo” ou de signação similar na razão social ou no nome fantasia de sociedade que não possuir arquiteto e urbanista entre os sócios com poder de gestão ou entre os empregados permanentes”. Ver Legislação profissional: Lei n.º 12.378/2010 e suas alterações.

Acerca de organização e projeto de canteiro de obras, julgue os itens seguintes.

- 103** A falta de qualificação técnica de operários envolvidos é o principal fator de grandes perdas em canteiros de obras de grande porte, apesar da criteriosa organização e liderança e boa armação logística desses locais.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** A literatura aponta estudos criteriosos da liderança e logística como essenciais para a prevenção de perdas nos canteiros de obras, algo que antecede a qualificação profissional.

- 104** Na organização de um canteiro de obras restrito situado em lote urbano, é fundamental selecionar os resíduos de acordo com sua capacidade de reciclagem e aproveitamento.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** No projeto e organização dos canteiros de obras, há resolução que define a separação de resíduos de acordo com sua capacidade de reciclagem e reutilização. Há ainda, a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente que determina esta questão, integrando-a aos planos municipais de gestão dos resíduos na construção civil.

- 105** Durante o andamento da obra não há um número constante de trabalhadores, e as equipes atuam, em cada etapa, de acordo com funções que exigem áreas e ferramentas diferentes, e, portanto, o programa de necessidades deve permanecer inalterado.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Em um canteiro de obras, as dificuldades prático-técnicas também residem no programa de necessidades, que é variável durante o andamento da obra, pois não

se tem um número constante de trabalhadores e as equipes atuam, em cada etapa, de acordo com funções que exigem áreas e ferramentas diferentes.

Com base na Resolução CAU n.º 21/2012 e suas alterações, julgue os itens subsecutivos.

- 106** No âmbito da legislação profissional, há atividades que dependem de registro profissional a título de registro do título complementar.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Há alteração na referida resolução a respeito do tema. A habilitação em Engenharia de Segurança do Trabalho pelos arquitetos e urbanistas dependerá de registro profissional a título de registro do título complementar de “Engenheiro (a) de Segurança do Trabalho (Especialização)” e em um dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), nos termos desta resolução. C.f. Resolução CAU n.º 21/2012, item 7.8.18. Orientação Técnica.

- 107** O laudo técnico das condições ambientais de trabalho descreve os diversos ambientes laborais como forma de identificar agentes agressivos, sejam eles físicos, químicos, biológicos ou ergonômicos, e que possam causar acidentes ou risco à integridade física do trabalhador.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Conforme o glossário da Resolução CAU n.º 21/2012: “Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) – documento que transcreve, os diversos ambientes laborais como forma de identificar agentes agressivos, sejam eles, físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, que possam causar acidentes ou risco à integridade física do Trabalhador, bem como, qual a intensidade de cada um deles, quais as medidas de prevenção adotadas, e se essa presença constitui ou não, o direito do adicional (insalubridade ou periculosidade)”.

- 108** As habilitações referentes ao urbanismo envolvem o projeto de sistema de coleta de resíduos sólidos e sua implantação.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** De acordo com os itens 1.9.5; 2.8.5 da Resolução CAU n.º 21/2012, são da competência de profissionais da arquitetura e urbanismo projeto de sistema de coleta de resíduos sólidos e implantação de sistema de coleta de resíduos sólidos.

Julgue os itens a seguir, a respeito de obras e fiscalização.

- 109** O orçamento inicial de uma obra pode ser impactado por fatores diversos como alterações nos projetos e alta de preços. Na elaboração de orçamento detalhado, o valor a ser investido é definido com maior precisão que nas avaliações expeditas.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A elaboração de orçamento detalhado tem diversos objetivos: a definição do valor a ser investido, com maior precisão do que a avaliação efetuada de forma expedita; a visualização dos serviços e quantitativos que serão realizados; a identificação dos insumos que serão aplicados.

- 110** O cronograma físico-financeiro de uma obra antecede o orçamento detalhado, pois sua elaboração é feita no momento em que se estabelece a relação, no tempo, dos serviços realizados e os valores monetários correspondentes.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Cronograma físico financeiro trata da “distribuição dos serviços no período de duração do empreendimento”.

- 111** O projeto do canteiro de obras é composto por um conjunto de documentos (gráficos e textuais) que o descreve e que possibilita a sua contratação e a sua execução.
- JUSTIFICATIVA - CERTO.** O projeto é composto por um conjunto de documentos e, geralmente, dividido em documentos gráficos (plantas arquitetônicas, estruturais, hidrossanitárias, elétricas, lógicas e outras) e documentos escritos (orçamentos, memoriais, especificações técnicas, cronogramas, contratos e outros).

- 112** Os resíduos são um problema do gerenciamento que não se limita à separação e acondicionamento adequados, pois é também fundamental assegurar o desempenho em algumas atividades como pinturas, que podem produzir resíduos

contaminantes.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Segundo manuais e cartilhas: diminuir os riscos de produção de resíduos perigosos é fundamental, evitando-se solventes à base de derivados de petróleo e oxigenados.

O CAU/DF informou, em nota à imprensa, que não há documentos atuais a respeito da situação predial nem mesmo sobre reforma realizada na fachada do prédio residencial de Brasília, cujo teto da garagem desabou. O teto da garagem cedeu durante forte chuva, esmagando 25 veículos que estavam estacionados no local. Uma vistoria preliminar da defesa civil atestou que a estrutura do prédio não foi afetada, descartando o risco de desmoronamento. A suspeita é que a chuva forte tenha encharcado o solo, o que pressionou o muro de arrimo e provocou o desabamento. De acordo com o conselho, não há registro de responsabilidade técnica (RRT) no conselho ou anotação de responsabilidade técnica (ART) emitidos por arquiteto e urbanista desde, pelo menos, 2012.

Internet: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 113** Caso tenha sido realizada intervenção de manutenção na estrutura do referido edifício em 2012, a elaboração de RRT e ART é dispensada, uma vez que atuações compartilhadas com outras profissões regulamentadas podem dispensar o registro, como nos casos que envolvem arquitetura e engenharia civil.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Segundo a Lei n.º 12.378/2010, “Art. 45. Toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT”.

- 114** A auditoria não se inclui no campo de atuação profissional da arquitetura e urbanismo, embora perícias e avaliações em edificações sejam permitidas.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** Entre os campos de atuação definidos pela Resolução n.º 21/2012, no art. 2.º, inciso VI – vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem.

- 115** Segundo a Lei n.º 12.378/2010, a reforma da fachada mencionada no texto somente poderia ser feita mediante consentimento por escrito da pessoa natural titular dos direitos autorais, salvo pactuação em contrário.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** No art. 16 da Lei n.º 12.378/2010, lê-se que “Art. 16. Alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto em projeto como em obra dele resultante, somente poderão ser feitas mediante consentimento por escrito da pessoa natural titular dos direitos autorais, salvo pactuação em contrário”.

- 116** Nesse caso, o profissional ou a empresa devem registrar em uma única RRT um laudo pericial e o projeto de reforma para a fachada.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** O profissional deve fazer o RRT sempre que realizar atividades técnicas de arquitetura e urbanismo previstas no art. 3.º da Resolução CAU n.º 21/2012. Para isso, deve observar que um RRT pode conter mais de uma atividade de um mesmo grupo. Quando forem realizadas atividades de grupos diferentes, devem ser feitos registros distintos. Lei n.º 12.378/2010 e Resolução CAU n.º 21/2012 e alterações.

- 117** Em caso de falecimento do autor do projeto original, não havendo coautor, outro profissional habilitado pode assumir, independentemente de autorização, a responsabilidade pelo projeto.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** Lei n.º 12.378/2010: Art. 16, § 2.º Em caso de falecimento ou de incapacidade civil do autor do projeto original, as alterações ou modificações poderão ser feitas pelo coautor ou, em não havendo coautor, por outro profissional habilitado, independentemente de autorização, que assumirá a responsabilidade pelo projeto modificado.

Julgue os próximos itens, a respeito da legislação profissional, de acordo com a Lei n.º 12.378/2010 e suas alterações.

- 118** O acervo técnico é composto por todas as atividades desenvolvidas por profissional arquiteto e urbanista, observando-se a legislação do direito autoral.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** De acordo com o art. 12 da Lei e, na questão, o acervo técnico constitui propriedade do profissional arquiteto e urbanista e é composto por todas as atividades por ele desenvolvidas, conforme discriminado nos arts. 2.º e 3.º, resguardando-se a legislação do direito autoral.

- 119** Os conselheiros CAU/BR são eleitos por voto proporcional e facultativo para os profissionais do estado que representam ou do Distrito Federal.

**JUSTIFICATIVA - ERRADO.** De acordo com a Lei: § 2.º Os Conselheiros do CAU/BR são eleitos pelo voto direto e obrigatório dos profissionais do Estado que representam ou do Distrito Federal.

- 120** A existência de CAU compartilhado por mais de um estado da Federação é admitida na hipótese de haver número limitado de inscritos capaz de viabilizar a instalação de CAU próprio para o estado, com autorização do CAU/BR e em decisão reavaliada, no máximo, a cada seis anos.

**JUSTIFICATIVA - CERTO.** A referida legislação, nos artigos que trata da questão, traz o seguinte: Art. 31. Será constituído um CAU em cada Estado da Federação e no Distrito Federal.

§ 1.º A existência de CAU compartilhado por mais de um Estado da Federação somente será admitida na hipótese e em que o número limitado de inscritos inviabilize a instalação de CAU próprio para o Estado.

§ 2.º A existência de CAU compartilhado depende de autorização do CAU/BR e em decisão que será reavaliada, no máximo, a cada seis anos.

**Espaço livre**